



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680084 - SP (2021/0218869-4)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : CLEBER DE OLIVEIRA
ADVOGADO : CLEBER DE OLIVEIRA - MG187597
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAYSSA CAETANO DE ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MAYSSA CAETANO DE ALMEIDA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 2140799-30.2021.8.26.0000).

A paciente foi presa em flagrante no dia 25/5/2021 pela suposta prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, tendo sido sua prisão convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que a custodiada é mãe de uma criança que vem se demonstrando nervosa e sem aptidão alimentar devido a sua ausência. Alega que a paciente possui predicados pessoais favoráveis e que a segregação cautelar se mostra desproporcional.

Requer, em pedido liminar e no mérito, a concessão da ordem a fim de que seja deferida prisão domiciliar à paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar.

Não obstante o disposto no art. 318 do Código de Processo Penal e a decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo n. 143.641/SP, consta dos autos que houve apreensão de expressiva quantidade de drogas e que sua filha não se encontra desamparada, hipóteses que suscitam dúvidas sobre o enquadramento da condição da paciente, uma vez que a matéria não é pacífica na jurisprudência desta Corte e em alguns julgados indica possibilidade de configurar situação excepcional que justifique a negativa da pretensão de substituição da prisão preventiva por domiciliar.

Extrai-se da decisão impugnada:

Ademais, em consulta ao site deste Eg. Tribunal, de acordo com o interrogatório da paciente, obteve-se a informação de que, tanto ela quanto sua filha residem com a mãe de Mayssa. Assim, a filha da paciente não se encontra desamparada.

Portanto, por ora, é recomendável o indeferimento do pedido de liminar, reservando-se ao ministro relator e ao respectivo colegiado a análise mais aprofundada da matéria.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente